

A agroecologia e a fomicultura: distintas trajetórias para
o desenvolvimento territorial rural do município de São
Mateus do Sul, PR

Thales Ravel Hetka Okonoski¹

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha²

Resumo

Neste trabalho buscou-se compreender as diferenças entre duas trajetórias socioeconômicas do meio rural de São Mateus do Sul - PR, representadas pelos fomicultores integrados e pelos agricultores agroecológicos. Contextualizando essa discussão em torno do desenvolvimento territorial rural, analisaram-se conceitos e processos de desenvolvimento aplicados na América Latina e no Brasil e a atual discussão em torno do desenvolvimento territorial. Dentro de um estudo de caso, realizou-se um levantamento qualitativo através de observações de campo, análise de políticas públicas e entrevistas com representantes das respectivas categorias de agricultores no Município de São Mateus do Sul - PR.

Palavras-chave: *agroecologia, fomicultura, desenvolvimento territorial rural.*

¹ Mestrando em Gestão do Território, UEPG, Ponta Grossa – PR, geo_ravel@yahoo.com.br

² Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA/UFRRJ. Professor no Mestrado em Gestão do Território, UEPG, Ponta Grossa – PR, llage2@yahoo.com.br

Abstract

In this study we tried to understand the differences between two socioeconomic trajectories from the rural area of São Mateus do Sul, represented by the tobacco producers and agroecological farmers. Contextualizing this discussion about Rural Territorial Development, we analyzed the concepts and development processes implemented in Latin America and in Brazil and the current discussion on the territorial development. Within a case study, we did a qualitative survey observing the field, analysis of the political policies and interviews with farmers from the city of São Mateus do Sul.

Keywords: agroecology, tobacco production, rural territorial development.

Introdução

Trazendo à tona o princípio básico da agricultura, que vem se perdendo a cada ano, cuja definição era a produção de alimentos cultivando a terra para a sobrevivência da família, percebe-se, no decorrer dos anos, que ocorreram mudanças significativas nos processos agrícolas e nas estruturas dos espaços rurais, como, por exemplo, a emergência de complexos agroindustriais e agrocomerciais (MAZOYER; ROUDART, 2008). Todo esse contexto econômico complexo envolvendo o sistema agrícola brasileiro leva-nos a buscar abordagens que possam refletir a realidade e obter informações importantes para elaboração de processos de intervenção para o desenvolvimento, onde processos alternativos que envolvam tradição e modernidade pautadas na inovação merecem destaque.

Assim, este trabalho visa realizar um breve levantamento sobre os contextos históricos e socioeconômicos em torno do conceito de desenvolvimento na América Latina e no Brasil. Será discutida a relação do homem com seu território, elucidando conceitos de território e de desenvolvimento territorial rural. Serão abordados os processos que dinamizaram a agroecologia no município, partindo de um breve histórico desse movimento, passando por observações das dinâmicas propiciadas pelos complexos fumageiros em relação aos agricultores familiares da região Sul do país e, conseqüentemente, de São Mateus do Sul.

É também realizada uma investigação com os agentes pesquisados, através de entrevistas com agricultores das duas esferas analisadas, observações de campo e avaliação de dados oficiais governamentais. Abordando a questão socioeconômica e estrutural e englobando indiretamente aspectos ambientais locais, observa-se como estes agricultores se integram às suas territorialidades e conseqüentemente modificam o seu território e de que forma podem impulsionar um desenvolvimento territorial rural do município.

Evolução dos conceitos e processos de “desenvolvimento”

Ao se analisar os processos que permeiam a discussão sobre a ideia de desenvolvimento territorial rural, faz-se pertinente um breve levantamento histórico das discussões que fizeram evoluir os conceitos de desenvolvimento em suas atribuições espaciais, como desenvolvimento regional, setorial, territorial e rural. O termo “desenvolvimento” na América Latina esteve durante muito tempo ligado ao contexto do desenvolvimento econômico, sendo considerado sinônimo de “crescimento” e de “industrialização”, que trariam uma melhoria na qualidade de vida da população envolvida nesse processo. Segundo as proposições de Maluf (2000, p. 55),

A teoria econômica geral e a maioria dos modelos de desenvolvimento supõem que o crescimento econômico gera efeitos benéficos para todas as camadas da população, no mínimo, através do que se denomina de efeito “vazamento” do crescimento.

O fator relevante que não estava sendo incluído nesse conceito era a distribuição desigual da renda alcançada através desse crescimento. A desigualdade social marcante nos países da América Latina não estava sendo considerada pelos estudiosos e principalmente pelos governantes (MALUF, 2000).

Outro aspecto que ilustra a insuficiência do crescimento econômico para fornecer o desenvolvimento são os períodos de grande crescimento econômico dos países da América Latina, como as décadas de 1950, 1960 e 1970 que não foram marcadas por aumento da equidade social,

diminuição da desigualdade econômica e aumento da qualidade de vida da população desses países (MALUF, 2000).

Um exemplo disso é o Brasil que, devido ao PIB (Produto Interno Bruto), se apresenta entre as oito maiores economias do mundo, porém, avaliando os dados do RIDH (Relatório de Índices de Desenvolvimento Humano), tais como os índices de educação, saúde e longevidade, mesmo o país apresentando melhoras, ainda sustenta a posição de 73º com um IDH de 0,699. Comparado com a Noruega, país com maior IDH (0,986), e com o Chile, 40º IDH do mundo e país melhor colocado na América Latina com índice de 0,783, o Brasil está longe de um padrão dos países mais ricos, fato esse que se dá devido principalmente à desigualdade social (PNUD, 2010).

Consoante à ideia de desenvolvimento interligado a uma diminuição da desigualdade social, Souza (1996, p.5) mostra o conceito de desenvolvimento a partir de um processo de mudança constituído e percebido por toda a sociedade, onde

Desenvolvimento pressupõe *mudança, transformação* – e uma transformação *positiva*, desejada ou desejável. Clamar por desenvolvimento (seja a partir de que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade como um *valor social*.

Assim, a perspectiva de desenvolvimento é atribuída ao aspecto de mudança de um estado para outro melhor, onde toda a sociedade envolvida deve sentir os efeitos desse processo.

A modernidade alavancada pela industrialização e pela adoção de novas técnicas também foi muito abordada nesse processo de desenvolvimento, pois traria aos países latino-americanos a oportunidade de se igualarem aos países ditos “desenvolvidos”. A partir de Hettne, Maluf (2000, p. 77) entende que

[...] desenvolvimento significa essencialmente obter melhorias que podem ser conseguidas mantendo-se as identidades culturais, em oposição portanto à perspectiva de convergência cultural inerente ao conceito de desenvolvimento como modernização, ou ao

que alguns denominaram de weberianismo vulgar que toma desenvolvimento como transição da sociedade tradicional à sociedade moderna.

A ideia de modernização fez com que se difundissem os termos “países subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”, onde estes estariam em uma etapa do processo de modernização, ao passo que os países “desenvolvidos” já teriam superado (MALUF, 2000). Os países “em desenvolvimento” deveriam absorver todos os aspectos indicados como modernos, tanto em termos tecnológicos e industriais, quanto culturais, para que chegassem a uma homogeneização junto aos países “desenvolvidos”. Desse modo, a população rural dos países “em desenvolvimento” deveria se integrar às tecnologias utilizadas em outros países, tecnologias estas que não se adequavam ao modo de vida, ao clima e à cultura dessa parcela da sociedade, modificando toda uma gama de saberes tradicionais acumulados ao longo da história de vida desses agricultores.

Souza (1996) tecendo uma crítica a esse processo de modernização, aponta que

[...] vários autores têm encerrado a discussão sobre o desenvolvimento com a seguinte sentença: o desenvolvimento só tem servido à ocidentalização do mundo, à exploração capitalista em escala mundial, à destruição da etnobioidiversidade em nome da pasteurização cultural; falar em desenvolvimento significa defender os interesses capitalistas ou, mais amplamente os valores do Ocidente e do modelo civilizatório capitalista (p. 7).

Souza (1996) entende que a apropriação cultural com fins econômicos dos países ocidentais poderosos, através dos processos de modernização e globalização teve como pressuposto o fator desenvolvimento para expandirem suas fronteiras de influência, aspecto esse que ainda é marcante em todo o mundo.

Maluf (2000), por sua vez, traz a ideia de desenvolvimento com base em uma autonomia social, onde:

O sentido que se pretende atribuir à noção de desenvolvimento (e de desenvolvimento econômico) não

referenda o projeto de modernização como tal [...], [referindo-se a um] *processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando esse processo* (p. 71).

Esse sentido de buscar o desenvolvimento de forma “aberta”, onde a própria sociedade buscaria os meios para seu desenvolvimento, enquadra-se na abordagem de desenvolvimento “bottom-up” (de baixo para cima), que pouco foi utilizado pelos países, pois as políticas de desenvolvimento partiam do sentido “top-down” (de cima para baixo). Segundo Oliveira (2009, p. 386-387),

[...] duas estratégias de planejamento com vistas à adoção de políticas públicas de desenvolvimento territorial, quais sejam: *i*) uma orientada de cima para baixo (*top-down*), em que o desenvolvimento local é planejado fundamentalmente pela esfera federal; e *ii*) outra onde a dinâmica é de baixo para cima (*bottom-up*) e os planos de desenvolvimento local são elaborados de forma descentralizada, com participação das esferas públicas e privadas locais. [...] a segunda estratégia possui maior potencial de desenvolvimento social, caracterizando-se por uma gestão participativa, entre governo e sociedade local. A grande questão é que esta estratégia requer um grau elevado de organização da sociedade local, interagindo e apresentando propostas/demandas ao governo central.

Considerando a dificuldade de organização social da população dos países “em desenvolvimento”, as políticas públicas seguiam o sentido “top-down”, sendo geradas por ações governamentais sem a participação direta da sociedade. Esse fato começa a mudar com a aplicação do termo “desenvolvimento” em um recorte espacial, utilizado pela primeira vez na América Latina em 1947, dentro de uma política pública de desenvolvimento regional através da criação de Comissões de Bacias Hidrográficas no México. Posteriormente, no Brasil ocorreu a criação da CODEVASF – Comissão para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (BOISIER, 1999).

Essa iniciativa foi um marco nas políticas de desenvolvimento dos países latino-americanos, diferenciando espaços nos países,

identificando assim diferenças existentes entre regiões, nos aspectos naturais, políticos, sociais e culturais, focando as políticas desenvolvimentistas nas características de cada região. No Brasil, contudo, essa medida ainda não atentou em observar os aspectos que estruturam a região, de modo a ser possível formular em que aspectos agir para proporcionar o desenvolvimento desse espaço específico. Esse processo de regionalização, na maioria dos casos, somente buscou uma separação entre espaços para uma melhor administração dos recursos e uma descentralização governamental. Entretanto, as políticas públicas continuavam partindo de uma escala governamental nacional até as regiões sem considerar as suas especificidades.

O conceito de “desenvolvimento” latente atualmente, tanto em políticas públicas quanto em estudos acadêmicos, é o de “desenvolvimento territorial”, com ramificações para o “desenvolvimento rural”. Esses conceitos serão abordados no decorrer deste estudo, incorporando-os no contexto do município de São Mateus do Sul.

A relação da sociedade com o território e conseqüentemente o território influenciando nas práticas e técnicas dessa sociedade configuram espaços histórico-geográficos diferenciados. Assim, segundo Abramovay (2000, p. 6), o território “representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”, onde o território abrangeria o espaço de influência de uma sociedade, através de sua cultura, sua organização e práticas dentro de uma identidade coletiva. Esse território, nessa perspectiva, não reflete somente um espaço físico delimitado, mas pode também significar espaços de influência, organizações em redes, entre outros (ABRAMOVAY, 2000).

Para Saquet (2003, p. 3), “o território é compreendido como fruto de processos de apropriação e domínio de um espaço, inscrevendo-se num campo de forças, de relações de poder econômico, político e cultural”.

Complementando o conceito de Abramovay (2000) e de Saquet (2003), Cunha (2007, p. 172) expõe que

[...] uma caracterização territorial só pode ser definida a partir das relações de domínio, controle e gestão que estão presentes num determinado território, [...] esse poder de domínio relaciona-se a grupos, classes e

instituições, enfim, atores individuais e coletivos, públicos e privados, que atuam a partir de heranças culturais, políticas e econômicas relativas a uma determinada região ou território.

Cunha (2007) expõe que o território só pode existir mediante suas relações de domínio, podendo esse se configurar através de inúmeras classes, grupos sociais e instituições públicas e privadas.

Partindo dessas considerações e tendo em vista o conceito de “desenvolvimento aberto”, que compreende a busca do desenvolvimento de um território através de planejamentos e ações coletivas e integradas entre sociedade, poder público e privado (CUNHA, 2007), busca-se entender o desenvolvimento territorial como a evolução de processos produtivos e de organizações sociais que ocorram dentro de território característico, valorizando a cultura local, investindo em suas potencialidades socioeconômicas e ambientais, melhorando a renda, o acesso a serviços básicos, como saúde, educação, transporte, e ampliando o nível de qualidade de vida da população disposta no território.

Segundo as políticas públicas que abarcam a proposta de desenvolvimento territorial no Brasil atualmente

O desenvolvimento territorial enfatiza a melhoria da qualidade e a agregação de valor aos produtos locais, a diversificação de atividades produtivas (inclusive as não agrícolas) e a inovação tecnológica e gerencial, como estratégias para se alcançar melhorias significativas na eficiência e na competitividade sistêmica ou territorial. Pode-se destacar também o uso de tecnologias que demandem maior ocupação das pessoas em atividades produtivas, mas com atenção à qualidade de vida dos trabalhadores e aos seus direitos trabalhistas, sociais e previdenciários (SDT, 2010).

Envolver a ideia de território em uma política pública de desenvolvimento é um processo inovador no Brasil, pois fornece a possibilidade de compreender todos os agentes envolvidos no território, suas potencialidade produtivas, suas dinâmicas comerciais e, assim, identificar aspectos culturais que permeiam esse processo. Esse aspecto retrata uma visão mais ampla que a setorial, dentro do proposto por

Cunha (2006b), que permeava ações governamentais e institucionais para setores produtivos específicos.

Partindo dessa lógica, pensando nos projetos de desenvolvimento no Brasil, observa-se que muitos autores cogitavam essa ideia, como Cunha (2006a), o qual já propunha que o conceito de desenvolvimento fosse utilizado nos projetos abrangendo o contexto territorial, e não o setorial, para ser mais efetivo, pois quando uma política de desenvolvimento abarca somente um setor ela se torna reducionista e excludente.

Entende-se que as propostas de desenvolvimento devem abranger o contexto territorial de forma ampla, onde a concepção de desenvolvimento rural estaria abarcada por este contexto (ABRAMOVAY, 1999b). Exemplificando essa idéia e abrangendo o meio rural, Abramovay (1999b, p. 2) afirma que o

[...] desenvolvimento rural deve ser concebido num quadro territorial, muito mais que setorial (Ray, 1997, von Meyer, 1998): nosso desafio será cada vez menos como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, como criar as condições para que uma população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados.

A política de Desenvolvimento Rural Sustentável do Brasil, elaborada em 2005 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, tem como princípio abordar o desenvolvimento rural do país dentro de uma organização territorial, identificando 164 territórios rurais observados como áreas de atuação prioritárias, devido ao seu déficit de renda e de seu IDH em relação a outros espaços dentro do território brasileiro (SDT, 2010).

Ao nos referirmos ao Estado do Paraná, observamos modificações na estruturação dos territórios rurais: segundo estudo do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR de 2004, tendo como base o censo demográfico de 1995/1996 e o mapa de aptidão agrícola das terras do Paraná de 1981, foram instituídos 22 territórios rurais no Estado, sendo São Mateus do Sul inserido no território rural da Grande Irati, que tinha como critério de diferenciação a grande presença de agricultura familiar e matas nativas (LANILLO; PELINI; DORETTO, 2004).

Através de outro estudo, com base no Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES em parceria com a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento – SEAB e com o IAPAR, observamos as alterações dos territórios rurais do Paraná, sendo esses diminuídos para oito, tendo como critério a questão populacional, semelhanças na oscilação dos ritmos de crescimento ou decréscimo populacional e homogeneidades do ponto de vista físico-ambiental, histórico, econômico e social. Dentro dessa nova classificação, São Mateus do Sul passou a ser incluído no território rural de União da Vitória (MARQUES; PEREIRA, 2008).

A proposta de desenvolvimento desses territórios remete à organização social através de um auxílio governamental e da liberação de verbas para financiar projetos elaborados pelos territórios, em que as propostas viriam da própria sociedade local, observando as principais dificuldades e buscando suas potencialidades produtivas que propiciariam renda, remuneração digna do trabalho e inclusão social, possibilitando o acesso a bens e serviços, resgatando a dimensão produtiva do cidadão e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de toda a população territorial (SDT, 2010).

Essa proposta de intervenção governamental através de políticas públicas é justificada por Abramovay (1999, p. 2):

O desenvolvimento rural não acontecerá espontaneamente como resultado da dinâmica das forças de mercado. Mas na elaboração das políticas capazes de promovê-lo é necessário, antes de tudo, que se transformem as expectativas que as elites brasileiras têm a respeito de seu meio rural, cujo esvaziamento social, cultural e demográfico é visto quase sempre como o corolário do próprio desenvolvimento. As funções positivas que o meio rural pode desempenhar para a sociedade brasileira fundamentam-se, primeiramente, no processo – tímido, mas real – de descentralização do crescimento econômico e no fortalecimento das cidades médias.

Abramovay (1999), ao comentar sobre a necessidade de intervenções governamentais para o efetivo desenvolvimento rural, tece uma crítica

ao modelo de desenvolvimento pautado na modernização, que considera o modo de vida rural atrasado e os agricultores como um exército de mão de obra reserva para trabalhos não especializados nas cidades, justificando assim o êxodo rural como uma consequência do próprio processo de desenvolvimento.

Seguindo essa linha de pensamento e tendo em consideração as cidades pequenas e médias do Paraná que possuem uma dinâmica extremamente ligada ao rural, incentivar o desenvolvimento territorial rural acarretaria o envolvimento de toda a população tanto direta como indiretamente, propiciando melhorias em todas as esferas sociais.

Metodologia

O processo metodológico para elaboração deste trabalho baseia-se em um breve levantamento teórico sobre alguns processos pelos quais passou o conceito de desenvolvimento na América Latina e no Brasil, elucidando conceitos de território, de desenvolvimento territorial e rural.

Abordam-se os processos que dinamizaram a agroecologia no município, partindo de um breve histórico desse movimento e de sua territorialização envolta na organização em rede, tendo como suporte a Rede Ecovida, bem como enfatizando as dinâmicas propiciadas pelos complexos fumageiros em relação aos agricultores familiares da região Sul do país, englobados em outra forma de territorialização estruturada sobre a relação de produção integrada da indústria fumageira, sendo essas territorialidades constituídas por forças contrárias e coexistentes dentro do processo de desenvolvimento territorial rural de São Mateus do Sul - PR.

Dentro de uma abordagem qualitativa, realizaram-se pesquisas de campo através de entrevistas com um roteiro semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, no intuito de observar questões sociofamiliares, socioambientais e estruturais dos agricultores. Foram também realizadas observações nas propriedades, facilitando, assim, a compreensão das entrevistas.

Como critério de aproximação desses agricultores, atribuímos como órgãos articuladores o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus do Sul – PR e a Cooperativa de Famílias de Agricultores Agroecológicos COFAECO, instituições sobre as quais se buscaram informações sempre que necessário. Participaram da pesquisa oito estabelecimentos agropecuários familiares (DORETTO; LAURENTI; GROSSI, 2010) de todo o Município de São Mateus do Sul, sendo quatro agroecológicos e quatro fumicultores. As entrevistas tiveram a função de fornecer parâmetros para buscar entender as duas territorialidades estudadas.

Entre os pontos principais observados, primeiramente investigou-se a organização familiar, mediante questões de participação social, estrutura familiar, dinâmicas de trabalho, trabalho com a comunidade e existência de renda extra. Em seguida, foram observados aspectos estruturais, como, por exemplo, questões de estrutura e construções da propriedade, área da propriedade, equipamentos e principais dificuldades em relação a esse aspecto. Por último, foram pesquisadas questões socioprodutivas, considerando as principais produções, variedades de espécies produzidas, destinação da produção, existência de produção apenas para a subsistência familiar, produtos extraídos da floresta, tal como uso de recursos externos para a produção.

A organização dessas informações buscará detectar padrões das práticas sociais de cada grupo, de maneira a permitir uma análise comparativa das redes de relações econômicas e sociais geradas pela organização socioespacial dos atores envolvidos. Observar-se-á como o grupo se comporta em relação à sua comunidade e à economia municipal e como podem representar ou não formas de trabalho sustentáveis, rentáveis e significativas dentro de um desenvolvimento territorial rural do Município de São Mateus do Sul – PR.

Considera-se, assim, ser pertinente e de fundamental importância apreender em “partes” como esses dois atores do meio rural, dentro de suas territorialidades, influem no desenvolvimento territorial rural do município de São Mateus do Sul – PR, levando em conta a complexidade do tema e entendendo que nenhuma pesquisa observa a realidade em si, apenas uma parte da mesma (MORIN, 1996).

Caracterização dos principais segmentos produtivos agrícolas de São Mateus do Sul

Considerando o mercado agrícola do País dominado por grandes latifundiários e grandes multinacionais, as formas de produção e comércio dotados por eles pressionam o agricultor familiar sem estrutura financeira e com pouco apoio institucional (governamental, privado ou não governamental) a procurar outra forma de trabalho para garantir sua sobrevivência, mudando para as cidades ou trabalhando de forma assalariada no campo. (ABRAMOVAY, 1999).

Esse processo de *desterritorialização* (HAESBAERT, 2005) dos agricultores familiares, ocasiona uma reconfiguração dos processos sociais, ambientais e econômicos existentes no meio rural que também refletem impactos negativos nas cidades, principalmente nas de pequeno e médio porte que possuem uma grande relação econômica com a agricultura.

Por outro lado, frente a esse fenômeno de modernização dos territórios rurais, em São Mateus do Sul – PR, dois segmentos distintos (agroecológicos e fumicultores) se destacam como alternativas para a conservação das famílias no campo gerando renda e qualidade de vida.

São Mateus do Sul, cenário de nossa pesquisa, está localizado na Mesorregião Sudeste do Paraná (IBGE, 2009), incorporado, assim, à porção do chamado Paraná Tradicional. A região foi colonizada a partir do século XVII, seguindo do litoral paranaense, estendendo-se pela planície litorânea, encostas da Serra do Mar, primeiro, segundo e terceiro planalto até o centro-sul do Estado, passando pelo tropeirismo³ até a vinda de imigrantes europeus, principalmente poloneses e alemães (CUNHA, 2006a). Por possuir uma topografia acentuada e um clima subtropical com invernos rigorosos entre outros fatores, essa Mesorregião não interessou a grandes produtores de café e a

³ A palavra "tropeiro" deriva de tropa, numa referência ao conjunto de homens que transportavam gado e mercadoria no Brasil colônia. O termo tropeirismo tem sido usado para designar o transporte de gado da região do Rio Grande do Sul até os mercados de Minas Gerais, posteriormente São Paulo e Rio de Janeiro (RECCO, 2010).

pecuaristas. Assim, o meio rural se construiu, na sua maior porção, por comunidades de agricultores familiares que, através da produção de milho, feijão e hortaliças, criação de animais dentro do sistema de faxinais⁴ e a exploração da erva-mate, conseguiam sobreviver.

São Mateus do Sul possui uma população de 36.569 habitantes, um PIB de aproximadamente R\$ 323 milhões, sendo o 48º município do Estado, porém com o IDH de 0,766 localiza-se como o 103º do Paraná. Considerando que o Estado possui 399 municípios, a diferença de proporção entre o PIB e o IDH municipal reflete uma distribuição de renda desigual, justificando as mais de 13.200 pessoas em situação de pobreza. São Mateus do Sul está entre os municípios do Paraná com maior índice de estabelecimentos familiares, junto com outros municípios da região sudeste e sudoeste. Sua produção agrícola se destaca com o milho e a soja, característicos de produtores convencionais patronais, com maior estrutura e capital, e a erva-mate, que aparece como uma produção florestal e uma renda extra para os pequenos agricultores. As produções primárias correspondem à segunda maior fonte de renda do município, ficando atrás do segmento industrial, fato esse que se reflete pela existência da Unidade de Industrialização do Xisto – UNSIX no município (IPARDES, 2010).

A fumicultura, um dos processos produtivos alternativos dos agricultores familiares de São Mateus do Sul, produz no município em média 4,5 mil kg em aproximadamente 2.500 hectares. Em todo o Brasil, dentro de sua cadeia produtiva envolve 2,5 milhões de pessoas (NUPES/UNISC apud AFUBRA, 2009). Somente na região Sul, somam-se mais de 185 mil famílias produtoras de fumo, envolvendo aí cerca de 870 mil pessoas, gerando produtos para venda interna e externa, sendo a segunda o principal foco, pois 87% do fumo são destinados à exportação (AFUBRA, 2010). O fato de essa produção fazer uso de insumos agrícolas com carga de fertilizantes químicos e agrotóxicos e

4 O sistema de faxinais é um sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para a produção animal e a conservação ambiental. Baseado pelo Decreto Estadual nº 3.446 de 1997, parágrafo 1º, do art. 1º, esse sistema fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto – manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas (SILVA, 2005).

com grande parcela de trabalho manual fez com que empresas do setor criassem vínculos com agricultores familiares de baixa renda. Assim, a fumicultura caracteriza-se como segmento agrícola convencional, integrado e estruturado em pequenas propriedades familiares, dentro de uma territorialização estruturada em rede com maior influência no Sul do Brasil (CEPA/UFRGS apud AFUBRA, 2009).

Entretanto, ponderando sua alta produtividade, seu preço e sua venda garantida devido ao SIPT – Sistema Integrado de Produção do Tabaco, a produção do fumo em média ocupa 16% da área de plantio da propriedade, porém corresponde a 64% da renda familiar dos agricultores. Nesse montante, a produção de fumo foi de 687 toneladas, ocupando cerca de 370 hectares e rendendo R\$ 4,3 bilhões aos agricultores da região Sul do Brasil na safra 2009/2010, e, conseqüentemente, movimentou cerca de R\$ 16,8 bilhões em todo seu complexo agroindustrial (AFUBRA, 2010). Observando a produção agrícola paranaense em regiões, de acordo com o Mapa de Proporção da Produção Agrícola do Estado do Paraná segundo as Mesorregiões, na Mesorregião sudeste, onde está localizado São Mateus do Sul, a proporção de produção de fumo é representativa frente às outras produções agrícolas (IPARDES, 2010).

Nessa cadeia produtiva, as empresas fumageiras financiam os insumos agrícolas e a estrutura (estufa, bandejas) aos agricultores familiares. Considerando que a cultura do fumo necessita de inúmeros cuidados especiais, principalmente na época da colheita e secagem e utiliza muitos agroquímicos que causam impactos no ambiente, torna-se pertinente a empresa financiar a produção, ao passo que os agricultores familiares, além de mão de obra sem nenhum custo adicional como férias e décimo terceiro salário, fornecem a terra para o plantio, sendo que qualquer impacto conseqüente desse processo será um ônus para o agricultor e não para a empresa. Segundo Cunha (2007, p. 174),

[...] agentes monopolizadores dos territórios recrudescem a disputa pelos produtores independentes acenando com uma integração que lhes retira a autonomia decisória em troca de uma monetarização da renda que, muitas vezes, esconde processos crescentes de exploração do trabalho destes produtores.

Outro aspecto é que o fumo deve ser vendido na sua totalidade à empresa que financiou a produção. Embora a propriedade da terra esteja na mão do agricultor, o seu uso acaba sendo o de interesse do grande capital, caracterizando uma monopolização do território tal qual defende Oliveira (2005).

Considerando que aproximadamente 35% do PIB do município provêm de atividades agrícolas (IPARDES, 2010), São Mateus do Sul depende da renda gerada no campo para movimentar sua economia. Caso ocorra uma crise na agricultura, dentro de uma relação direta ou indireta, toda a região será afetada. Devido a isso, torna-se necessário discutir sobre os processos de produção mais viáveis e seguros para o agricultor familiar continuar no campo, com qualidade de vida e movimentando toda uma cadeia econômica ligada ao rural, significativa para São Mateus do Sul e para toda essa Mesorregião do Estado do Paraná.

Além dos conhecidos problemas causados ao ambiente, os padrões convencionais de produção afetam a qualidade de vida do agricultor, bem como absorvem a maior parte da renda do agricultor familiar, ampliando assim as discussões em torno da necessidade de mudança do padrão técnico produtivo dos agricultores familiares brasileiros. Dentro desse contexto, direcionamos a discussão entre a relação da agricultura convencional, caracterizada na região pelo predomínio do fumo, e um estilo de vida por meio da agricultura fundamentada em uma forma “alternativa” de relação entre o homem-sociedade-natureza e, conseqüentemente, um novo entendimento de produção mais seguro e sustentável.

Tal paradigma alberga um método alternativo que, baseado no pensamento complexo, coloca em diálogo os saberes científicos com os não científicos, ou seja, os saberes territoriais, buscando priorizar a sustentabilidade do manejo e da gestão participativa dos territórios onde se inserem os agroecossistemas de produção alternativa. Tal método, conhecido como agroecologia, tem sua viabilidade levando em consideração a forma da mão de obra, a estrutura fundiária e o capital de investimento (ABRAMOVAY, 1999a).

Os ideais propostos pela agroecologia fizeram com que ela se difundisse em todo o país e na América Latina, com as adaptações necessárias nas formas de produção, utilizando os recursos do próprio local, e, com isso

diminuindo os custos de produção, minimizando a agressão ao meio e fortalecendo a agricultura familiar (EHLERS, 1996).

Dentro de uma abordagem teórica do termo, torna-se pertinente analisar a concepção de agroecologia difundida por Gliessman (2001, p. 54):

A agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessária para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade.

Gliessman (2001) aborda a agroecologia como um campo de conhecimento constituído por métodos de produção agrícola que respeitam o ambiente e proporcionam rentabilidade para os agricultores que a praticam. Segundo o autor, a agroecologia consiste numa alternativa de produção agrícola que proporciona a “liberdade” do agricultor frente aos padrões agrícolas convencionais.

Por sua vez, essa definição parte de uma lógica de análise mais voltada para o meio físico, não aportada sobre as relações humanas ou sociais envolvidas intrinsecamente na mesma perspectiva agroecológica. Assim, em contraponto a esse foco de análise conceitual, Tedesco (2006, p. 24) cita que

O conceito de agroecologia vem sendo muito utilizado ultimamente para identificar a sustentabilidade no meio agrícola e como referência às práticas agrícolas que buscam obter boa produtividade animal e vegetal, trabalho e moradias decentes, diversidade de alimentos, técnicas, métodos e experiências criadas e desenvolvidas utilizando técnicas não degradantes aos meios físico, atmosférico e biológico.

Tedesco (2006) não cria um conceito sobre a agroecologia em seu trabalho. Ele é um cientista social e busca aportes teóricos e técnicos na concepção do autor que estamos debatendo (GLIESSMAN, 2001) entre

outros para discutir o que denomina de práticas agroecológicas. Sua pesquisa envolve a agroecologia com as mudanças nas relações sociais que ela propicia, abordando de forma relevante a questão da produção, com atenção para os benefícios das práticas agroecológicas para o agricultor, tanto na renda quanto na qualidade dos alimentos. Enfatiza ainda a importância da organização dos produtores familiares em associações, principalmente aqueles que produzem de forma agroecológica, para que possam fortalecer a classe, melhorar as condições de produção, venda e a qualidade de vida do agricultor familiar.

Diferentes territorialidades influenciando no Desenvolvimento Territorial Rural de São Mateus do Sul - PR

Os dois grupos analisados no artigo serão expostos nesta seção, abordando os seus pontos positivos e negativos, dentro das questões ambientais, sociais e econômicas. Considerando suas territorialidades, busca-se discutir como suas dinâmicas podem propiciar uma melhoria na qualidade de vida desses agricultores e, conseqüentemente, impulsionar o desenvolvimento territorial rural de São Mateus do Sul – PR.

Analisando os dados sociofamiliares dos agricultores entrevistados, de acordo com a Tabela 1, observamos semelhanças entre os dois grupos, considerando que ambos os segmentos estão dentro da classificação de agricultores familiares.

TABELA 1 – DADOS SOCIOFAMILIARES COMPARATIVOS ENTRE FUMICULTORES (grupo 1) E AGROECOLÓGICOS (grupo 2)

	M. F.	P. S.	PL.	T. C.	R. E.	M/ANO T. Hrs	
GRUPO 01	Em média de 4 membros, todos disponíveis para o trabalho.	Sindicato dos agricultores.	50% possuem outras atividades.	Troca de dias.	- 50% possuem salário externo. - 50% possuem aposentadoria.	D. 2 h/dia.	PR. 8,5 h/dia.
GRUPO 02	Em média de 5 membros sendo 3 disponíveis para o trabalho.	- Sindicato dos agricultores; - COFAECO; - AS-PTA.	50% possuem outras atividades.	Troca de dias	50% possuem trabalho externo.	D. 2 h/dia.	PR. 9 h/dia.

Legenda: grupo 1 – Fumicultores; grupo 2 – Agroecológicos; M.F. – Membros da Família; P.S. – Participação Social; PL – Pluratividade; T.C. – Trabalho Comunitário; R.E. – Renda Extra; M/ANO T. Hrs. – Média Anual de Trabalho em Horas/dia.

Fonte: Okonoski, T. R. H.

As famílias estudadas têm entre quatro e cinco pessoas, metade destas se caracteriza como mão de obra da produção familiar. A presença de jovens é constante em todas as famílias, e esses conseguem intercalar o estudo em escolas do campo ou na cidade e o auxílio na produção nas propriedades. O aspecto familiar é histórico nos estabelecimentos estudados, visto que 90% das propriedades são áreas desmembradas de propriedades maiores, obtidas por herança. Assim, a prática de troca de dias de trabalho entre os membros das comunidades, ao invés de pagamento de mão de obra externa, é facilitada pois muitos possuem grau de parentesco primário ou secundário.

Todos os agricultores participação efetiva no Sindicato dos Agricultores de São Mateus do Sul, porém os agroecológicos participam de outras organizações, como a Cooperativa de Famílias de Agricultores Agroecológicos de São Mateus do Sul – COFAECO, e também possuem contato com órgãos de assessoria, como é o caso da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – AS-PTA que realiza eventos para o aperfeiçoamento e para a troca de experiências dos agroecologistas.

A pluriatividade⁵ abrange metade dos estabelecimentos familiares observados, sendo caracterizada pelo trabalho externo dos jovens na cidade ou mesmo na comunidade rural e pela aposentadoria dos membros mais idosos da família.

Considerando a proporção de horas de trabalho, os dados em média foram equivalentes. Entretanto, a constância e a intensidade desse trabalho durante o ano demonstraram dinâmicas diferenciadas. Os agroecológicos demonstraram uma constância do trabalho durante o ano, refletindo uma média de 10 horas de trabalho por dia, intercaladas entre trabalhos para a produção destinada à venda, outras produções de subsistência e atividades cotidianas do campo como alimentar os animais. Os fumicultores, no período de entressafra (em média entre fevereiro e setembro) possuem uma dinâmica de trabalho menor, em torno de 7 horas/dia, tanto na produção e nos trabalhos domésticos. Entretanto, no período de plantio essa média sobe para 10 horas/dia e, no final da colheita, quando é época de secagem das folhas de fumo nas estufas, essa média de trabalho vai para aproximadamente 12 horas/dia, visto que sempre um da família deve estar de plantão monitorando a secagem.

Observando os aspectos estruturais (Tabela 2), percebe-se a conjuntura casa-estufa-paiol para os fumicultores e apenas casa-paiol para os agroecológicos, com todos utilizando algum tipo de tração animal. A diferenciação é o uso do trator, financiado ou pago, pela maioria dos fumicultores; e pelos agroecológicos, de microtrator, devido ao cultivo de hortaliças.

⁵ Esse termo é utilizado para representar uma prática social, que decorre da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores. É considerado um fenômeno através do qual os membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (BASSO, 2004).

TABELA 2 – DADOS ESTRUTURAIS COMPARATIVOS ENTRE FUMICULTORES (grupo 1) E AGROECOLÓGICOS (grupo 2)

	ESTRUTURA PROPRIEDAD E	ÁREA PROPRIEDADE	EQUIPAMENTOS		PRINCIPAIS DIFICULDADES
GRUPO 01	- Casa; - Estufa; - Paiol.	- Áreas em média de 10 alq.; - Áreas de florestas; - Menos de 50% de área disponível para o plantio.	PAGOS: Equipamento s manuais.	FINANCIADOS: - Estufa; - Trator.	- Nenhuma dificuldade com as empresas fumageiras; - Falta de preço para as outras produções.
GRUPO 02	- Casa; - Paiol.	- Áreas menores de 8 alq.; - Áreas de florestas; - Menos de 30% de área disponível para o plantio.	PAGOS: Equipamento s manuais.	FINANCIADOS: - Microtrator.	- Mercado contínuo e preço e venda garantidas; - Falta de políticas públicas específicas.

Fonte: Okonoski, T. R. H.

As propriedades constituem-se, em média, de 10 alqueires com grande porcentagem de áreas florestais e, devido às características geomorfológicas do Segundo Planalto do Paraná, apresentam regiões muito onduladas e declivosas, diminuindo ainda mais as áreas apropriadas para os cultivos de grãos dentro do modelo convencional.

Assim, percebemos que ambos os segmentos apresentam estrutura semelhante, sendo diferenciados pela existência das estufas nas propriedades dos fumicultores. Os agricultores entrevistados possuem pequenas propriedades, com uma área florestal grande sem um uso específico e lucrativo, o que mostra a falta de assessoria técnica e a inexistência de um mercado alternativo para produtos extraídos da floresta nativa dentro de um sistema sustentável. No restante de área disponível para cultivos, torna-se inviável a produção de grãos para fornecer renda à família.

Assim, a inclusão do fumo, territorializado através das ações das empresas fumageiras e a inclusão dos produtos agroecológicos diversificados, ancorados pela territorialização da Rede Ecovida e da

relação socioeconômica integrada entre os agroecológicos, mostraram-se como as alternativas encontradas por esses agricultores para extrair uma renda maior em uma pequena área de produção.

Os fumicultores não encontram dificuldades na relação com as empresas fumageiras, até mesmo desprendem elogios à estrutura disponibilizada, à valorização do produto atualmente, às dinâmicas de mercado e principalmente ao apoio técnico que é prestado. Somente em relação aos produtos secundários, como milho e feijão, eles criticam o governo e o mercado pelo preço baixo que está tornando inviável a produção, sendo esta mantida na maioria das vezes apenas para a alimentação familiar e animal.

Os agroecológicos, por sua vez, focam nas dificuldades do escoamento de produção, na falta de tecnologias pertinentes para propriedades diversificadas e agroecológicas, na falta de auxílio para criar um mercado concreto que proporcione garantia de venda dos produtos. Discorrem que os maiores progressos se deram devido à própria organização dos agricultores, de instituições como a AS-PTA, de ONG's e Universidades, mostrando a falta de políticas públicas específicas para os agricultores familiares agroecológicos.

Investigando as questões relacionadas à produção (Tabela 3), os fumicultores possuem a dinâmica de produção do fumo convencional juntamente com a produção de milho e feijão para venda. Além disso, apresentam a criação de suínos para consumo familiar, resultando em um aspecto produtivo com pouca diversidade.

Cabe salientar a existência de uma parcela significativa de fumicultores produtores de fumo orgânico, apresentando duas características diferenciadas: uns, antigos convencionais que passaram a produzir fumo orgânico e outros, antigos agroecológicos que migraram para a produção de fumo orgânico. Esse processo justifica-se devido à renda propiciada pela produção de fumo orgânico, pois, além do valor do quilograma do fumo que atualmente apresenta-se compensador para o agricultor perante outros cultivos, o fato de o produto possuir certificação orgânica frente à empresa fumageira, faz com que o valor por quilograma receba um acréscimo de 50%.

A renda obtida, a estrutura de assessoria, a garantia de compra da mercadoria e a expansão das áreas de influência das empresas fumageiras fortalecem o setor e a sua diversificação na forma de atuação, territorializando novas áreas e integrando o sistema junto a outros padrões produtivos, balizando suas propostas de ação nas perspectivas de expansão do “Capitalismo Verde”, em que instituições antes poluidoras, direta ou indiretamente, assumem o lema da “sustentabilidade” para incorporarem novas linhas de mercado (DIAS, 2010).

Outro fator relevante é a obtenção ou a continuação da certificação de produção de orgânicos aos fumicultores que cultivam fumo orgânico. Isso se dá pelo não uso de substâncias sintetizadas quimicamente no processo de produção. Entretanto, as certificadoras não questionam os quesitos de sustentabilidade e biodiversidade das propriedades.

TABELA 3 – DADOS RELACIONADOS ÀS PRODUÇÕES DOS FUMICULTORES (grupo 1) E DOS AGROECOLÓGICOS (grupo 2)

	PRODUÇÕES			DESTINO DA PRODUÇÃO	EMPRÉSTIMOS
	PRIMÁRIAS	SECUNDÁRIAS	ATRAVÉS DA FLORESTA		
GRUP O 01	Fumo.	Milho; Feijão; Suínos.	Erva-mate; Madeira nativa; Eucalipto.	- Empresas fumageiras; - Cooperativa Bom Jesus.	- Custeio produção fumageira; - Pronaf custeio.
GRUP O 02	Hortaliças.	Milho; Feijão; Suínos; Aves.	Erva-mate; Madeira nativa; Eucalipto.	- Feira Ecológica; - Rede Ecovida; - Compra direta.	- Pronaf investimento.

Fonte: Okonoski, T. R. H.

Os agroecológicos têm como principal produção geradora de renda as hortaliças, com uma gama diversa de espécies cultivadas durante todo o ano. Como fontes secundárias de renda, aparecem as aves e a erva-mate. Entretanto, as propriedades possuem uma grande diversidade de espécies de grãos, frutos e hortaliças, criação de suínos, bovinos e aves (produção de leite, ovos), talhões de madeira nativa para corte, como a Bracatinga, e pequenas áreas de *Eucaliptus* destinadas à subsistência

do estabelecimento, garantindo a segurança alimentar familiar e fonte de renda.

A venda da produção e o uso de empréstimos demonstram as principais diferenças nas dinâmicas exercidas pelos dois grupos. Os fumicultores com contrato junto à empresa fumageira possuem uma garantia de venda da safra, porém, apresentam uma vulnerabilidade de mercado, pois a empresa tem o poder de ditar as regras de preços, as dinâmicas produtivas e até mesmo a forma de trabalho exercida pelo agricultor.

A questão que justifica esse fato é o uso do custeio produtivo disponibilizado pela empresa, onde esta dispõe todos os insumos necessários para a produção do fumo, sendo esses descontados na venda da safra, a qual deve, por contrato, ser entregue à empresa que custeou a produção. Essa relação pode ser observada dentro de um segmento de patrão e empregado, entretanto, sem carteira assinada e sem o pagamento dos direitos trabalhistas garantidos por lei.

O milho e o feijão, outras produções cultivadas pelos fumicultores que são destinadas à venda, necessitam do uso do Pronaf custeio (PRONAF, 2001), empréstimo realizado pelo governo federal aos agricultores familiares para a compra dos insumos agrícolas que serão pagos no final da safra, a qual é vendida para a Cooperativa Bom Jesus, ativa em São Mateus do Sul, ou para atravessadores, visto que uma pequena produção é difícil de ser escoada diretamente para a exportação ou para agroindústrias. Desse modo, observa-se nas produções secundárias a mesma vulnerabilidade do fumo, pois os atores são diferentes, ao tempo que a dinâmica é semelhante.

Os produtos dos agroecológicos seguem para três mercados diferenciados. O primeiro é a Feira Ecológica criada pela COFAECO somente com produtos agroecológicos, como aves, leite, diversas hortaliças e frutas para o consumo familiar, onde o produto chega direto ao consumidor, sem atravessadores, com boa qualidade e valor acessível. O segundo é a Rede Ecovida, uma organização em rede dos agroecologistas de quatro estados (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), onde ocorre uma troca de produtos entre as regiões, fazendo com que o excedente de um produto local seja valorizado em outra região, estabelecendo uma renda maior e uma diversidade regional nas Feiras Ecológicas, internalizando a presença de uma

territorialização agroecológica em rede (REDE ECOVIDA, 2010). O terceiro é o Programa Compra Direta, organizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, setor do governo com ações descentralizadas, que realiza e entremeia a compra direta dos produtos de agricultores familiares para serem oferecidos nas escolas e instituições governamentais para crianças e jovens.

Entretanto, segundo os agricultores, esse processo possui recursos limitados para compra dos produtos em São Mateus do Sul, apresenta uma grande burocracia em relações contratuais e exige que uma média de produção seja mantida durante o ano todo, fato que afasta alguns agricultores devido à forma de trabalho dentro do sistema de produção agroecológica, visto que as dinâmicas ambientais que determinam a quantidade e a qualidade das produções não podem ser corrigidas por fertilizantes químicos e agrotóxicos (MDS, 2004).

Os agroecológicos fazem uso de crédito apenas em função de investimento, tal como a aquisição de veículo utilitário para o escoamento da produção até a feira, mostrando que mesmo com dificuldades os agricultores agroecológicos de São Mateus do Sul estão se desenvolvendo e criando perspectivas de melhoras futuras a partir de uma organização social territorializada em redes (ABRAMOVAY, 2000).

Considerações finais

Refletindo sobre todos os elementos estudados, percebemos que as dinâmicas espaciais propiciadas pelos diferentes tipos de produção resultam em padrões de vida específicos e correntes diferenciadas em busca do desenvolvimento territorial rural, mesmo que ambos sejam trabalhadores rurais.

Os agricultores agroecológicos proporcionam uma produção harmoniosa com o ambiente, alimentos de qualidade para os seus familiares e para os consumidores e, mesmo assim, adquirem renda possível de suprir todas as suas necessidades. Além desses fatores, as relações e organização que os agricultores agroecológicos apresentam permitem apresentar um grupo modificador das dinâmicas agrícolas atuais

dominadas pelas transnacionais, aliado à manutenção da cultura e ao fortalecimento da economia local.

Os fumicultores, por sua vez, apresentaram-se com fortes vínculos aos padrões de produção propostos pela “Revolução Verde”, os quais ocasionam uma degradação do meio, além de estarem integrados ao sistema agrícola pautado na compra dos pacotes de safras e destinando à produção e à exportação, envoltos no setor dominado pelas empresas fumageiras. Assim, mesmo que o lucro dessa produção seja maior ou equivalente ao agroecológico, esta se apresenta mais vulnerável às oscilações do mercado.

Ambos possuem sua importância, entretanto, os agroecológicos se mostram voltados às dinâmicas rurais locais, produzindo espécies locais para o seu entorno e movimentando renda tanto no meio rural quanto no urbano, fortalecendo assim o seu território espacializado no Município de São Mateus do Sul. Além disso, proporcionam a expansão desse segmento por uma territorialização disposta em rede. Diferentemente, os fumicultores participam de uma dinâmica mais ampla, que envolve o mercado mundial de produtos.

As práticas agroecológicas instituídas estão inseridas na lógica de agrobiodiversidade, que é tratada como um processo de relações e interações do manejo da diversidade das espécies, com conhecimentos tradicionais e com manejo de múltiplos agroecossistemas (ALTAIR, 2007). Demonstram melhorias nos seus processos de manejo, incorporando novas dinâmicas e antigas práticas consideradas eficientes antes do marco da “Revolução Verde”.

As produções agroecológicas diversificadas apresentam-se independentes de um sistema dominado por multinacionais, entretanto, deparam-se com a vulnerabilidade de não contar com uma cadeia produtiva organizada como a do fumo. A obtenção de processos semelhantes ao Sistema Integrado de Produção de Tabaco, organizados por órgãos governamentais e destinados a produtos agroecológicos diversificados, impulsionaria a participação dos agricultores familiares nesse segmento, aumentaria o valor agregado dos produtos e forneceria uma segurança de mercado, propiciando ao agroecológico a perspectiva de investimento dentro do desenvolvimento da produção.

Esses fatores demonstram a importância da ação governamental através de políticas públicas aliadas às organizações locais, que impulsionariam um desenvolvimento rural e, conseqüentemente, fortaleceriam o território para um concreto trabalho em busca do desenvolvimento territorial, melhorando a renda, garantindo serviços básicos e propiciando uma melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade.

Nessa lógica, é visível a contradição de valores existente em ambas as formas de produção analisadas, dentro da relação da qualidade de vida desses agricultores. Os fumicultores trabalham em suas propriedades com o intuito de obter recursos a fim de suprir as necessidades de sua família e se desenvolver frente ao sistema agrícola vigente, em uma relação estritamente capitalista. Os agricultores agroecológicos, por sua vez, têm como objetivo o bem-estar de sua família, do ambiente e de seu meio social. Através da agroecologia, começaram a se organizar em uma relação comunitária, contornando a padronização do capital no campo. Assim, é possível perceber a principal mudança da lógica socioespacial exercida por esses agricultores durante o processo de transição das práticas agrícolas convencionais às agroecológicas, qual seja, a passagem de uma produção estritamente econômica para uma maior valorização da vida.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. “Agricultura familiar e desenvolvimento territorial” In **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Vols.28 n°s 1,2 3 e 29, n°1,1999a.

ABRAMOVAY, Ricardo. “A rede, os nós, as teias – Tecnologias Alternativas na Agricultura” In **Revista de Administração Pública**, 2000a.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. São Paulo/Rio de Janeiro, IPEA-PROJETO BRA/. 1999b. P.44.

ABRAMOVAY, Ricardo. “O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural” In: **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, 2000b.

ALTAIR, Toledo Machado. “Biodiversidade, agricultura e conservação: conceitos e estratégias”. In: BEOF, Walter Simon et al(Org.). **Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre RS: L&PM, 2007.

BASSO Luiz Carlos “Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural”. In CAMARGO Filho *et al*(Org). **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**, Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2004.p.129-146.

BRASIL. **Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001**, dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providencias, Brasília, 2001.

CAMPANHOLA, Clayton; RODRIGUES, Geraldo Stachetti. “Agricultura e impacto ambiental”. In **Simpósio sobre os Cerrados do Meio Norte**. Teresina Anais EMBRAPA, CPAMN , 1997. p. 159 – 169.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO - CEPA, UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul *apud* **AFUBRA - Associação Brasileira de Fumicultores**, 2010.

CUNHA, Luis Alexandre Gonçalves. Paraná: desenvolvimento rural e questão regional. **Revista Eletrônica Polidisciplinar Vãos**, v.1, n.2, Jan/Jul. 2006a.

CUNHA, Luis Alexandre Gonçalves. “Do desenvolvimento setorial ao desenvolvimento territorial”. In: **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, 2006b.

CUNHA, Luis Alexandre Gonçalves. Território, desenvolvimento territorial e o “novo mundo rural”. In: **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, 2007.

DIAS, Guilherme Vieira; TOSTES, José Glauco Ribeiro. **Desenvolvimento sustentável: do ecodesenvolvimento ao capitalismo verde**, 2011. Disponível em

http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista_sbg/Artigos_arquivos/GUILHERME_artigo_SBG.pdf, acessado em 16 de Abril de 2011.

DORETTO, Moacyr; LAURENTI, Antonio Carlos; GROSSI, Mauro Del; **Diferenciação dos estabelecimentos familiares na agricultura paranaense**, disponível em http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/dif_estabfamiliares.pdf, acessado em 14 de Dezembro de 2010.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável, origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livro da Terra, 1996.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001.

GONÇALVES, Sérgio. **A Luta na Terra, os assentamentos do MST e o desenvolvimento do município de Querência do Norte – PR**. Presidente Prudente-SP: Edição do Autor. 2008.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização a multiterritorialização. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América latina**, São Paulo, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, **Microrregiões do Brasil**, disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/>, acessado dia 05 de Novembro de 2010.

LANILLO, Rafael Fuentes; PELIINI, Tiago; DORETTO Moacyr; **Territórios Rurais do Paraná**, disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/12/12O526.pdf>, acessado em 05 de janeiro de 2011.

MARQUES, Lenita Maria; PEREIRA, Valéria Villa Verde; **Territórios rurais e políticas públicas no estado do Paraná**. IPARDES, Curitiba, 2008.

MALUF, Renato **Atribuindo Sentido a noção de Desenvolvimento Econômico**, Revista Sociedade e Agricultura, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2000.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurende. **História das Agriculturas do Monde**: Do neolítico à crise contemporânea. São Paulo. Editora UNESP, 2008, p. 529.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA, disponível em <http://www.agricultura.gov.br/>, acessado dia 15 de Outubro de 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, **Programa de Aquisição de Alimento**. Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA, **Secretaria de desenvolvimento territorial – SDT**, disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/sdt/institucional/Gestaosocial>, acessado dia 10 de Outubro de 2010.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1996. 136 p

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino “Agricultura brasileira: Transformações recentes”. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (Org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp. 2005. p. 465-534.

OLIVEIRA, Regis Borges. **Desenvolvimento Rural: o enfoque territorial**. Uberlândia, Minas Gerais, 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES disponível em http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal, acessado dia 22 de Outubro de 2010.

PELAEZ, Victor. **Da Revolução Verde à transgenia: ruptura e continuidade de paradigmas tecnológicos**. São Paulo: DP&M, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, disponível em http://www.pnud.org.br/arquivos/America_Latina.doc, acessado em 06 de Novembro de 2010.

RECCO, Claudio. **O tropeirismo no Brasil** - Atividades dos Tropeiros no Brasil, 2010, disponível em

<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=496>,
acessado em 10 de Maio de 2010.

REDE ECOVIDA, disponível em <http://www.ecovida.org.br/>, acessado
dia 16 de Outubro de 2010.

Relatório de Atividades Afubra 2009/2010, Santa Cruz do Sul – RS,
Afubra, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: algumas interpretações. **Texto
para debate no Seminário do doutorado**. Presidente Prudente:
UNESP, 2003.

SILVA, Marcia. **A contribuição de florestas de araucária para a
sustentabilidade do sistema faxinais**, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes. A teorização sobre o desenvolvimento em uma
época de fadiga teórica, ou: Sobre a necessidade de uma “teoria aberta”
do desenvolvimento sócio-espacial. In Revista Território. Rio de Janeiro:
LAGET/UFRJ. n.º.1, vol. 1, 1996. p.05-22.

TEDESCO José Carlos. **Agrodiversidade, agroecologia e
agricultura familiar**: velhas e novas faces de um processo de
desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós-anos 90. Porto Alegre:
Editora da Universidade de Passo Fundo, 2006.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro;
BALHANA, Altiva Pilatti. “Nota prévia ao estudo da ocupação da terra
do Paraná moderno”, In **Boletim da Universidade Federal do
Paraná**. Curitiba: Departamento de História, 1968. p. 1-26.

Artigo recebido para publicação em:

03 de março de 2011.

Artigo aceito para publicação em:

04 de maio de 2011.

Como citar este artigo:

OKONOSKI, Thales Ravel Hetka; Luiz Alexandre Gonçalves CUNHA. A agroecologia e a fumicultura: distintas trajetórias para o desenvolvimento territorial rural do município de São Mateus do Sul, PR. *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 5, n. 1, p. 217-248, 2011.